

Mortalidade materna, um drama brasileiro

É um dos piores indicadores de saúde, sendo cerca de dez vezes maior do que nos países desenvolvidos

Maria do Carmo Leal

30/05/2019

No mês em que é celebrado o Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna, o Brasil não tem muito o que comemorar. O país tem sido injusto e silencioso frente a essa grave violação dos direitos humanos das mulheres. A taxa de mortalidade materna é um dos mais sensíveis indicadores de saúde, porque é majoritariamente evitável por conhecimentos e tecnologias disponíveis e acomete mulheres jovens, trazendo sérios impactos sociais e na estruturação familiar.

No Brasil, esse é um dos piores indicadores de saúde, sendo cerca de dez vezes maior do que nos países desenvolvidos. Em 2016 ocorreram 1.670 mortes maternas no país, o que representa 58 mortes para cada 100 mil nascidos vivos (NV), enquanto em muitos países desenvolvidos como Polônia, Suécia, Itália, Noruega e Japão, a taxa é menor que seis. As principais causas de morte materna no Brasil são a hipertensão, as hemorragias, as infecções e o aborto, consideradas causas maternas diretas e evitáveis. Um cenário incompatível com o nível econômico do país e o acesso universal ao pré-natal e parto hospitalar.

De 1990 a 2015, o Brasil conseguiu reduzir em 56% os óbitos maternos, caindo de 143 para 62 óbitos por 100 mil NV. Ainda assim, ficou longe de alcançar a meta acordada com as Nações Unidas, que seria reduzir em 75% os óbitos maternos nesse período. O novo acordo para o Brasil alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é chegar a 30 óbitos/100.000 NV em 2030, o que também não será alcançado se mantivermos a tendência quase nula de redução verificada nos últimos anos.

Além da taxa elevada, há uma grande iniquidade na mortalidade materna. É mais alta nas regiões Norte e Nordeste, 73 e 68/100.000 NV, respectivamente; nas mulheres com até três anos de instrução (230/100.000 NV); nas pretas e indígenas, 118 e 89 por 100.000 NV. Além disso, é mais frequente nos extremos da vida reprodutiva, nas menores de 15 anos e nas de 35 anos e mais (66 e 91/100.000 NV).

O quadro atual de estagnação econômica do país, com altas taxas de desemprego, além do desinvestimento nas políticas públicas de saúde, educação e moradia, influencia a ocorrência de óbitos evitáveis, podendo haver um recrudescimento das mortes maternas.

O direito à saúde e os direitos reprodutivos são pontos fulcrais na agenda de promoção da cidadania das mulheres e condição necessária para o desenvolvimento social e econômico do país.

Maria do Carmo Leal é pesquisadora titular da Fiocruz